

regedoria Nacional, estabelecendo-se a definição de Correição Ordinária, Correição Extraordinária e Inspeção. CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público; CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados; resolve:

1. Instaurar Correição Extraordinária nas seguintes unidades do Ministério Público Estadual da Paraíba: Promotoria de Justiça da Criminal de João Pessoa/PB - 1º Promotor, Promotoria de Justiça Criminal de João Pessoa/PB - 8º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de João Pessoa/PB - 1º Promotor de Justiça Distrital de Mangabeira, Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente/PB - 2º Promotor de Defesa da Criança e do Adolescente, Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de João Pessoa/PB - 1º Promotor, Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania e dos Direitos Fundamentais de João Pessoa/PB - 2º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Bayeux/PB - 6º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Aroeiras, Promotoria de Justiça Cumulativa de Santa Rita - 3º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Santa Rita - 6º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Santa Rita - 7º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Ingá - 1º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Ingá - 2º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Guarabira - 4º Promotor, Promotoria de Justiça Cumulativa de Alagoa Grande, Promotoria de Justiça Cumulativa de Monteiro - 2º Promotor, cujos trabalhos serão realizados no período de 26 a 30 de junho de 2017, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, com a finalidade de verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais daqueles órgãos.

2. Designar a Procuradora do Trabalho Ludmila Reis Brito Lopes e o Promotor de Justiça do Rio Grande do Norte Mariano Paganini Lauria, e requisitar os Promotores de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte Marcelo Oliveira Santos e Leonardo Nagashima para procederem aos trabalhos.

3. Determinar que sejam oficiados os Senhores Corregedor-Geral do Ministério Público da Paraíba e Procurador-Geral de Justiça da Paraíba, informando-os da Correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

4. Determinar que seja oficiada à Corregedoria-Geral do Ministério Público da Paraíba, solicitando que informe a realização da correição aos órgãos jurisdicionais vinculados às atribuições das unidades ministeriais citadas, assim como pugne o consequente acesso à equipe de inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público aos procedimentos e processos judiciais em trâmite nas Varas, se necessário.

5. Oficiar à Corregedoria-Geral do Ministério Público da Paraíba, solicitando que diligencie junto aos membros inspecionados a fim de garantir o integral preenchimento dos termos de correição até o dia 15 de junho de 2017.

6. Determinar a atuação desta Portaria como Procedimento de Correição Extraordinária, providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no site do Conselho Nacional do Ministério Público.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 192, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.000.000.004081/2017-18, resolve:

Art. 1º. Autorizar o afastamento do país, com ônus, da Procuradora Regional da República, DENISE NEVES ABADÉ, no período de 11 a 18 de março de 2017, inclusive trânsito, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar da sessão do Conselho de Assuntos Gerais e Política (CAGP) da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado, a realizar-se entre os dias 13 e 16 de março de 2017, na Haia, Holanda.

Parágrafo único. Os custos relativos à viagem estarão a cargo do Ministério Público Federal.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 194, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 9 de março de 2018, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão da servidora EDNA CARDOSO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor A, código CJ-2, no Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal de Justiça.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 197, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Memorando nº 13/2017/VPGR/JBBA, resolve:

Art. 1º Nomear o Procurador da República LINCOLN PEREIRA DA SILVA MENEGUIM para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível V - código CC-5, da estrutura do gabinete da Vice-Procuradoria Geral da República, com prejuízo de suas atribuições na unidade de origem.

Art. 2º Fixar o período de trânsito de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria produz efeitos a partir de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 200, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso XXXII, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR 1.000.000.000842/2017-62, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA GRACIETE NUNES MARTINS, matrícula nº 5106-3, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, código AN-020101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, combinado com o art. 7º da citada EC nº 41/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 201, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PR-CE nº 1.15.000.000283/2017-68, resolve:

Conceder pensão civil vitalícia a JAIME LIBERATO DE MOURA, na condição de cônjuge, a contar de 18/01/2017, data do falecimento da ex-servidora aposentada MARY MAHLMANN MUNIZ DE MOURA, matrícula nº 9241-0, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, Código TC010101, Classe C, padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, cabendo ao beneficiário a pensão vitalícia integral equivalente aos proventos a que fazia jus a instituidora, calculada na forma estabelecida pelo art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, observado o disposto no art. 15 da mesma Lei, na redação conferida pelo art. 171 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, e nos arts. 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, na redação dada pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 203, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir de 6 de março de 2017, LUCIANO LOPES ANTINORO, matrícula nº 28473, do cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Chefia de Gabinete, da Secretaria de Apoio à Função Eleitoral do Ministério Público Federal.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 204, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo MPF/PGR nº 08100.049352/81-95, resolve:

CANCELAR, por renúncia expressa, a contar de 06/09/2016, a pensão civil a que fazia jus ANGELA CAMARGO SEIXAS, matrícula nº 90952701, na condição de filha solteira maior de 21 anos, em razão do falecimento da ex-servidora LENY CAMARGO SEIXAS, de acordo com o disposto no artigo 222, inciso IV, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, alterada pela Lei nº 13.135, de 17/06/2015.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 205, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear THIAGO AUGUSTO LOPES MORAIS, Bacharel em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Chefia de Gabinete da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, em vaga decorrente da exoneração de Richardy Videnov Alves dos Santos, matrícula 26556, ocorrida em 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 13 de janeiro de 2017.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 206, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Dispensar, a partir de 3 de março de 2017, DEBORA MEIRELLES MOTTA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 20582, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Ana Borges Coêlho Santos.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 209, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso I, e 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar JANA BIASOTTO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 20108, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Túlio.

2. Designar JANA BIASOTTO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 20108, para exercer a função de confiança de Assistente Nível III, FC-3, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Túlio, em vaga decorrente da dispensa de Vanessa Mendonça Arantes, matrícula nº 25496, ocorrida em 5 de março de 2017, publicada no DOU de 6 de março de 2017.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 210, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar ANA PAULA MATIAS CRISTALINO LESE, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 25312, para exercer a função de confiança de Assistente Nível I, FC-1, da Chefia de Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 211, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR/MPF nº 440, de 3 de junho de 2015, e o contido na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 9 de março de 2018, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão da servidora MARCIA IRENE CORREA NEUMANN, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para continuar a exercer a função comissionada de Assistente Adjunto IV, código FC-04, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 213, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º, inciso II, e 35, inciso I, e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar RICARDO MARINHO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 14610, da função de confiança de Chefe do Núcleo de Normas e Assistência Jurídica, FC-3, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.



2. Dispensar MAGNA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 5008, da função de confiança de Chefe do Núcleo Financeiro, FC-3, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

3. Dispensar ANDREZA GONCALVES FERREIRA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 21385, da função de confiança de Chefe do Setor de Assistência Social, FC-1, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

4. Dispensar FABRICIO RAMOS DA CRUZ, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 12792, da função de confiança de Chefe do Núcleo de Gestão do Cadastro de Credenciados, FC-3, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

5. Dispensar HELDER HEY, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Atuarial, matrícula nº 16691, da função de confiança de Assistente Nível III, FC-3, da Diretoria Executiva da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

6. Exonerar CLEDISON LUCIANO BASTOS DE CARVALHO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Desenvolvimento de Sistemas, matrícula nº 20515, do cargo em comissão de Assessor Nível I, CC-1, da Diretoria Executiva da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

7. Nomear RICARDO MARINHO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 14610, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria Jurídica e Normativa da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

8. Nomear MAGNA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 5008, para exercer o cargo em comissão de Supervisor, CC-1, da Supervisão Financeira da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

9. Designar ANDRE BRITO DE SOUSA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 28448, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Supervisão Financeira da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

10. Designar ANDREZA GONCALVES FERREIRA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 21385, para exercer a função de confiança de Chefe do Núcleo de Assistência Especializada, FC-3, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

11. Designar GLEICE CARVALHO RODRIGUES, ocupante do cargo de Analista do MPU/Saúde/Serviço Social, matrícula nº 19992, para exercer a função de confiança de Chefe da Seção de Assistência Social do Ministério Público Federal.

12. Designar ANAELISE VIANA CASTRO PIRES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 27362, para exercer a função de confiança de Chefe da Seção de Aquisição e Controle de OPME, FC-2, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

13. Nomear FABRICIO RAMOS DA CRUZ, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 12792, para exercer o cargo em comissão de Supervisor, CC-1, da Supervisão de Relacionamento com a Rede Local, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

14. Designar JOAO FELIPE MARTINS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 24610, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Supervisão de Relacionamento com a Rede Local, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

15. Designar SAULO DINIZ LISBOA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 27286, para exercer a função de confiança de Chefe do Núcleo de Negociação Regional II, FC-3, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

16. Designar CLEDISON LUCIANO BASTOS DE CARVALHO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Desenvolvimento de Sistemas, matrícula nº 20515, para exercer a função de confiança de Assistente Nível III, FC-3, da Diretoria Atuarial e de Controladoria da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

17. Designar RAFAEL LOPES CARDOZO DE CASTRO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 27742, para exercer a função de confiança de Assistente Nível I, FC-1, do Núcleo de Contabilidade da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

18. Nomear HELDER HEY, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Atuarial, matrícula nº 16691, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público Federal.

BLAL YASSINE DALLOUL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 83, DE 7 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 497, de 3/6/2015, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.00.000.004086/2017-41, resolve:

Declarar vago, o cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/Planejamento e Orçamento, classe A, padrão 1, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor IGOR BORBA CORREA, matrícula nº 28778, a partir de 02 de março de 2017, por motivo de desistência voluntária do estágio probatório, nos termos do art. 20, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 84, DE 8 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar JOSE VICTOR HENRIQUE PESSOA, Bacharel em Direito, matrícula nº 28339, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Sady D'Assumpção Torres Filho.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 85, DE 8 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar, a partir de 3 de março de 2017, LUCAS ADRIANO SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 26025, do encargo de substituto eventual do Chefe da Divisão de Direitos de Membros, CC-2, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

2. Designar BRUNO TAKATSU ANDRADE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/Gestão Pública, matrícula nº 27793, para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe da Divisão de Direitos de Membros, CC-2, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 86, DE 8 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar ANDREA REGINA RAMOS SALES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 26105, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível III, CC-3, da Assessoria Administrativa, da Ouvidoria do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 87, DE 8 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar, a partir de 6 de março de 2017, SUEMILA PAIM ONODA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 27272, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Convênios e Requisições, da Secretaria de Apoio Pericial do Ministério Público Federal.

2. Designar NATALIA ANGELICA CHAVES CARDOSO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 27964, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Convênios e Requisições, da Secretaria de Apoio Pericial do Ministério Público Federal.

3. Designar NATALIA ANGELICA CHAVES CARDOSO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 27964, para substituir, no período de 6 a 24 de março de 2017, o Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Convênios e Requisições, da Secretaria de Apoio Pericial do Ministério Público Federal, por motivo de férias do titular.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 105, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, pelo artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 357 de 5 de maio de 2015) e pela Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor CARLOS WAGNER SANTOS, matrícula 26665-5, Técnico do MPU/ Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, do encargo de substituto eventual de Chefe da Divisão de Logística e Serviços Gerais, CC-2, desta Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

Art. 2º Designar a servidora ANDREZA DE CASSIA BERNARDINO, matrícula 20021-2, Técnico do MPU/ Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, para o encargo de substituto eventual de Chefe da Divisão de Logística e Serviços Gerais, CC-2, desta Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 66, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Designar a servidora JENEICLEIA SOUZA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 28616, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor Administrativo, código FC-1, da Procuradoria da República no Município de Teixeira de Freitas, em vaga decorrente da dispensa do servidor Martha Rocha Mesquita Marques, matrícula 23802.

Art. 2º Designar o servidor LUCAS ARAÚJO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 25855, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor Jurídico, código FC-1, da Procuradoria da República no Município de Teixeira de Freitas, em vaga decorrente da dispensa da servidora Priscila Almeida Guimarães, matrícula 25177.

OLIVEIROS GUANAIS DE AGUIAR FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 54, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 727, de 22 de dezembro de 2011, resolve:

Designar JÉSSICA SEIDEL SILVA, servidora requisitada do Município de Linhares/ES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor Jurídico, FC-1, da Procuradoria da República no Município de Linhares/Espírito Santo.

PAULO AUGUSTO GUARESQUI

RETIFICAÇÃO

Na Portaria PR/ES Nº 45, de 26 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de fevereiro de 2017, seção 2, página nº 78, onde se lê:

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria MPF/ES nº 269, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2016.

Leia-se:

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor em 11/03/2017, revogando a Portaria MPF/ES nº 269, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2016.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 111, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria nº SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

1. Dispensar o servidor FERNANDO TONIDANDEL BORINI, Matrícula nº 9902, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, da função de Coordenador Administrativo, FC-3, da Procuradoria da República no Município de Piracicaba.

2. Designar o servidor VANGER DA ROCHA, Matrícula nº 8888, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer a função supracitada.

THIAGO LACERDA NOBRE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
DIRETORIA-GERAL****PORTARIA Nº 378, DE 7 DE MARÇO DE 2017**

A DIRETORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO- SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 160 da Portaria MPT-PGT nº 499, de 12 de dezembro de 2008, alterado pela Portaria MPT-PGT nº 179, de 28 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 000745.2017.02.900/4, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 17.2.2017, a servidora MARCELE DIAS PIRES, matrícula 6007466-3, ocupante do de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, do cargo em comissão de Assessor Jurídico do 67º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, código CC-2.

CLÁUDIA NASSIF JABER

PORTARIA Nº 379, DE 7 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO- SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 160 da Portaria MPT-PGT nº 499, de 12 de dezembro de 2008, alterado pela Portaria MPT-PGT nº 179, de 28 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 000745.2017.02.900/4, resolve:

Art. 1º Nomear FELIPE LOPES TAMELINI, bacharel em direito, para o cargo em comissão de Assessor Jurídico do 58º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, código CC-2, em vaga criada pela Lei 12.321/2010.

CLÁUDIA NASSIF JABER

PORTARIA Nº 380, DE 7 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO- SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 160 da Portaria MPT-PGT nº 499, de 12 de dezembro de 2008, alterado pela Portaria MPT-PGT nº 179, de 28 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 000769.2017.02.900/4, resolve:

Art. 1º Nomear FELIPE AUGUSTO DE AZEVEDO MARQUES ARRUDA, bacharel em direito, para o cargo em comissão de Assessor Jurídico do 41º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, código CC-2, em vaga criada pela Lei 12.321/2010.

CLÁUDIA NASSIF JABER

**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR****PORTARIA Nº 36, DE 7 DE MARÇO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista as disposições da Portaria PGR Nº 61, de 22 de julho de 2016, a qual regulamenta, de forma transitória, dispositivos da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, Altera o Anexo IV da Portaria nº 124/PGJM, de 14 de setembro de 2016, que regulamenta de forma transitória, no âmbito do Ministério Público Militar, a concessão da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, prevista no Capítulo IV da Portaria PGR/MPU nº 61, de 22 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar os Anexos I e II da Portaria nº 124/PGJM, de 14 de setembro de 2016, publicada no DOU, Seção 2, de 21 de setembro de 2016, para incluir, no Anexo I, o militar MARCELO SILVEIRA DOS SANTOS MERTZ, matrícula 1621 e, no Anexo II, os militares ANTONIO AEDSON OLIVEIRA PASTANA, matrícula 1622, ALEXANDRO ANTONIO DA SILVA, matrícula 1627 e RAFAEL GARCIA SARAIVA, matrícula 1633.

Art. 2º Atribuir aos militares, especificados no artigo anterior, o pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança, no percentual de 35% (trinta e cinco por cento), a contar da data do requerimento de cada militar, nos termos do artigo 28 da Portaria PGR/MPU nº 61, de 22 de julho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME DE CASSIO MIRANDA

SECRETARIA

PORTARIA Nº 164, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 290/PGJM, de 5/12/2013, combinada com a Portaria nº 114/PGJM, de 31/8/2016, e considerando o contido no Processo Eletrônico nº 3.00.000.1.002497/2016-34, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária à servidora NEUSA MARIA NEVES GERBASSI, CPF nº 235.033.606-97, RG nº 1.841.253 - SSP/DF, nascida em 26/03/1957, matrícula nº 1616-1, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, lotada na Procuradoria de Justiça Militar em Brasília, código TC20100, Classe C, Padrão T MPU-C11, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, devendo ser observado, para fins de cálculo dos proventos, o § 3º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, com a regulamentação dada pelo artigo 1º da Lei nº 10.887/2004.

RUBENS PEREIRA PRADO

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL****PORTARIAS DE 8 DE MARÇO DE 2017**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, resolve:

Nº 196 - Designar a servidora ANA PAULA DE AQUINO DANTAS, matrícula 4892-5, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Ordem Urbanística da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (64001067), dispensando, em consequência, o servidor MARCILIO MOREIRA DE CASTRO, matrícula 4404-1 (Tabularium nº 08191.019639/2017-27).

Nº 197 - Designar a servidora JULIANA DE CARVALHO SOUZA, matrícula 5144-6, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Ordem Urbanística da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (64001069), dispensando, a contar de 5/3/2017, o servidor VALTER BERNARDO GOMES JÚNIOR, matrícula 4457-1 (Tabularium nº 08191.019113/2017-47).

Nº 198 - Designar o servidor FELIPE ALEXANDRE ABRANTES SOUZA, matrícula 5180-2, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual de Execuções Penais e Medidas Alternativas das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (64001018), dispensando, em consequência, a servidora LUCIANA SOARES SANTANA BORGES, matrícula 4818-6 (Tabularium nº 08191.021073/2017-01).

Nº 199 - Designar o servidor ANDRE LUIZ ROSSATTO COM-MODO, matrícula 5115-2, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Gama, código FC-02 (74001019), dispensando, em consequência, a servidora AMANDA MAGALHÃES MARTINS, matrícula 4843-7 (Tabularium nº 08191.021621/2017-95).

Nº 200 - Nomear a servidora POLLYANA BEATRIZ DE OLIVEIRA ALVES, matrícula 3827-0, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Controle de Documentos e Processos da Coordenadoria Operacional e Administrativa das Ações Institucionais da Assessoria de Políticas Institucionais, código CC-01 (50030027), exonerando, em consequência, a servidora SHIRLENE MORAIS RODOPOULOS, matrícula 2142-3 (Tabularium nº 08191.020214/2017-61).

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Defensoria Pública da União**PORTARIA Nº 337, DE 6 DE MARÇO DE 2017**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, Considerando a Portaria GABDPGF DPGU nº 163, de 07/02/2017, publicada no DOU - Seção 2, nº 30, de 10/02/2017, pág. 69 e sua retificação (Processo Administrativo nº 08038.003834/2016-27), resolve:

Art. 1º. Nomear o Defensor Público Federal Dr. GILMAR MENEZES DA SILVA JUNIOR para o cargo em comissão, código DAS 101.3, para exercer a função de Assessor da Assessoria de Assuntos Legislativos (ASLEG) da Defensoria Pública-Geral da União (DPGU), com prejuízo de suas atribuições no ofício que titulariza, a partir de 07 (sete) de março de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

Poder Legislativo**CÂMARA DOS DEPUTADOS****ATO DE 7 DE MARÇO DE 2017**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o disposto no Acórdão 2076/2005-TCU-Plenário, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor ANTONIO FRANCISCO AMARAL, ponto n. 1926, no cargo efetivo de Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas nos artigos 6º e 10 da Lei n. 12.777, de 28 de dezembro de 2012, e no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

RODRIGO MAIA

ATOS DE 8 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, LUCIA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO, ponto nº 5233, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-1, da Ouvidoria Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, MARCELO TEIXEIRA ALBUQUERQUE, ponto nº 6260, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Técnico de Controle e Execução de Pagamento do Pessoal, FC-1, da Coordenação de Pagamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução n.º 21, de 4 de novembro de 1992, LUCIA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO, ponto nº 5233, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 10, para exercer a função comissionada de Chefe de Gabinete da Ouvidoria Parlamentar, FC-4, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução n.º 21, de 4 de novembro de 1992, MARCELO TEIXEIRA ALBUQUERQUE, ponto nº 6260, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 10, para exercer a função comissionada de Chefe do Serviço de Pagamento de Deputados, FC-2, da Coordenação de Pagamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução n.º 21, de 4 de novembro de 1992, VIVIANE SÍSSE OLIVEIRA DE DEUS, ponto nº 6791, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, para exercer a função comissionada de Técnico de Controle e Execução de Pagamento do Pessoal, FC-1, da Coordenação de Pagamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo n. 2017/000587, resolve:

Exonerar, a pedido, a servidora NÚBIA MARA PEREIRA BARBOSA, ponto n. 8.164, do cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Técnica Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 6 de fevereiro de 2017, nos termos do inciso I do artigo 33 e do artigo 34 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

RODRIGO MAIA

**DIRETORIA-GERAL
COORDENAÇÃO DE SECRETARIADO PARLAMENTAR****PORTARIAS DE 7 DE MARÇO DE 2017**

O Diretor da Coordenação de Secretariado Parlamentar, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º da Portaria n.º 53, de 2002, do Senhor Diretor Administrativo, resolve:

Nº 2.898 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 07 de março de 2017, AILTON FERREIRA DA SILVA FILHO, ponto n.º 239360, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP25, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) ANDRÉ AUGUSTO CASTRO DO AMARAL FILHO.